



O **IPE-Saúde** é o plano que queremos?

O plano, que pode vir a ser contratado pela Prefeitura, **não quer segurar** os municipais santa-marienses que já se **aposentaram**

Na **saúde pública**, os cortes de gastos do governo estadual **acentuam a crise**

Páginas 4 e 5

edição 193 |  
julho de 2015  
jornal mensal do  
Sindicato dos  
Professores Municipais  
de Santa Maria

# primeira classe

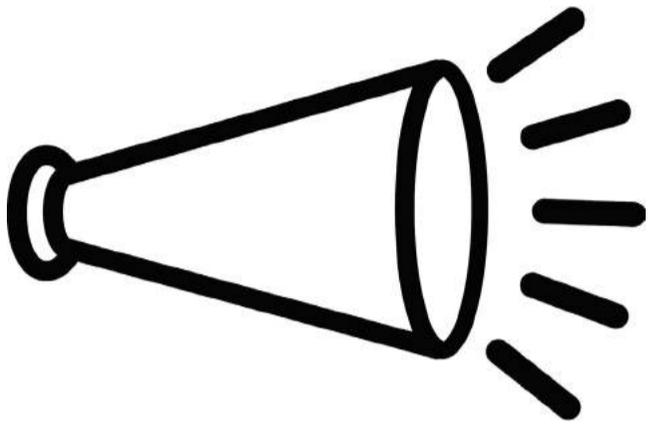


“Eu vou pagar, só não posso dizer quando”

**Cezar Schirmer** finalmente recebeu o sindicato. Não há, porém, expectativa para o pagamento dos **6,6%** que **faltam** para equiparação ao **Piso Nacional do Magistério**

Página 3

## EDITORIAL



# Chamada para a luta: fala, professor!

Ao valorizar a educação e os educadores, todos ganham: professores, por se sentirem reconhecidos e recompensados no seu esforço; alunos, por receberem orientação de profissionais mais comprometidos; pais, por confiar na qualidade que a educação pública oferece a seus filhos; comunidade, por dispor da escola como a mais importante alavanca de transformação social; e, finalmente, o gestor público, que ao fazer cumprir leis justas e necessárias ganha o respeito dos cidadãos e eleitores.

Por tudo isso – e principalmente porque o Piso Salarial Profissional do Magistério é lei e sua implementação, mesmo que parcial, na rede municipal de Santa Maria, foi uma dura conquista da categoria – nós professores temos hoje o dever de defendê-lo com todas nossas forças. Já para o

**Janeiro de 2016 está logo aí e um novo índice de reajuste do Piso será divulgado. Se até essa data não tivermos incorporados os 6,6% que ainda faltam para a integralização, haverá um acavalamento de índices que dificilmente serão pagos daí para frente.**



Executivo Municipal, a equiparação dos salários do magistério municipal aos valores do piso tem sido apresentada como uma vontade pessoal virtuosa do prefeito e um compromisso político da sua gestão. Essa posição foi reafirmada no último encontro entre o prefeito Cezar Schirmer e a direção do Sinprosm, ocorrido no começo de julho, para tratar do resíduo de 6,6% ainda não pago ao magistério. Na ocasião, Schirmer solicitou um novo prazo – entre o final de agosto e o começo de setembro – para apresentar algo mais conclusivo sobre a questão. Vemos aqui muita conversa e pouca ação. Portanto, colega, o fato é que não temos nada assegurado até o presente momento e, em nenhum outro ano, houve tanta indefinição nesse processo. Tomando ainda como referência o quadro de instabilidade econômica do país e os maus exemplos dos governos federal e estadual quanto aos ajustes que penalizam os trabalhadores, concluímos que há uma ameaça muito grande de não recebermos o piso neste ano.

E, uma vez perdido um direito, por conformismo ou acomodação, não será fácil reconquistá-lo. Janeiro de 2016 está logo aí e um novo índice de reajuste do Piso será divulgado. Se até essa data não tivermos incorporados os 6,6% que ainda faltam para a integralização, haverá um acavalamento de índices que dificilmente serão pagos daí para frente. Toda essa situação nos empurra para um estado de alerta! Só a intensificação da mobilização garantirá nossos direitos. Por isso, a participação massiva de todas e todos na Assembleia do dia 20 é fundamental e obrigatória, pois através dela iremos nos fortalecer e traçar um novo plano de lutas.

Os professores mais atentos às ações do sindicato devem ter percebido que buscamos, nos últimos meses, diversificar as diversas formas de manifestação e mobilização que uma entidade classista pode ter. Não só nas ruas, mas também nos espaços virtuais de debate; nas mídias do sin-

dicato, que tiveram profundas transformações estéticas e editoriais. Buscamos também formas mais criativas de demonstrar nosso descontentamento com a gestão do governo municipal ao não pagar o Piso Nacional. Em um dos últimos atos do Sinprosm, por exemplo, pedimos às escolas que escrevessem textos que seriam entregues ao Gabinete do Prefeito; na última paralisação da categoria, propusemos que as manhãs em cada instituição de ensino fosse dedicada ao debate daquelas questões que nos são caras e que nem sempre têm espaço no ambiente de trabalho.

O nosso silêncio apenas fortalece o descumprimento de direitos já conquistados. Aguardamos, portanto, uma mensagem de cada professor da rede. Desejamos a todas e todos uma boa leitura. Vemo-nos na assembleia!

**Neste momento, crucial para a garantia de nossos direitos para o ano e também para os próximos, temos outra proposta a fazer: que cada professor se manifeste pelo pagamento do Piso através de mensagens dirigidas ao prefeito Cezar Schirmer. O sindicato criou um endereço de e-mail ([falaaiprofessor@gmail.com](mailto:falaaiprofessor@gmail.com)) que centralizará as mensagens e as encaminhará ao governo municipal. Desde já, antes da assembleia, pedimos que cada professora e professor articule seus argumentos e divulgue essa ideia aos colegas.**

**Mala Direta Postal  
Básica**

9912342496/2014 - DR/RS  
SINPROSM

.....CORREIOS.....

**CNPJ: 92458835/0001-08**

Rua André Marques, 418. 97010-040  
Santa Maria RS

Contato: 55 3223.0168 / 3025.1418 /  
contato@sinprosm.com.br

**COORDENAÇÃO:**

Ieda Moraes Struniks  
Jane May de Oliveira Leal  
Magda Dias Alvarez  
Mariane Frigo Denardin  
Paulo Ricardo Merten  
Sandra Carginin

**PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA E  
DIAGRAMAÇÃO:**

GREGÓRIO MASCARENHAS - MTB 17444

**REDAÇÃO E REVISÃO**

GREGÓRIO MASCARENHAS  
FELIPE SEVERO - MTB

IMPRESSÃO: Jornal Gazeta do Sul  
TIRAGEM: 2.000 exemplares

**SINPROSM**

SINDICATO DOS PROFESSORES  
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

**Quer ver algum projeto ou atividade da sua escola publicado no Primeira Classe?  
Entre em contato com o sindicato pelo email: [sinprosm@gmail.com](mailto:sinprosm@gmail.com)**



## Schirmer sobre Piso “Eu vou pagar, só não posso dizer quando”

Depois de **quase sete meses** tentando abrir a **pauta de negociações** sobre o Piso, o Sindicato dos Professores Municipais finalmente foi recebido por Cezar Schirmer. A perspectiva, entretanto, **não é otimista** para a categoria. A declaração que dá título à notícia é desse **encontro entre o chefe do Executivo e membros da coordenação** do Sinprosm, ainda no começo de julho.

Atualmente, faltam 6,6% de aumento nos salários dos professores da rede pública municipal para que o patamar mínimo do Piso Nacional do Magistério, reajustado em 13,01% neste ano, seja atingido. A reunião ocorreu às 16h, no Palacete da SUCV, e também estavam presentes a secretária de Educação, Silvana Guerino, – que foi a articuladora do encontro – e o secretário de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Projetos Estratégicos, Jaques Jaeger.

Schirmer afirmou que as notícias de sua viagem a Brasília – ocorrida no final de junho – não eram boas em relação à economia do país e que, portanto, qualquer declaração conclusiva quanto ao pagamento do Piso seria precipitada neste momento. O peemedebista disse que a crise econômica deve estender-se pelo menos até o final de 2016 e que “de agora adiante, corta-se tudo”. “A consequência da crise”, disse o prefeito “é a redução da arrecadação”.

O acréscimo de mais 6,6%, de acordo com Silvana Guerino, representaria um encargo de mais de oito milhões de reais à Prefeitura. Além disso, Schirmer declarou que o estado deve dez milhões de reais à prefeitura e muitos orçamentos que são

de atribuição comum do município, do estado e até da União estão sendo pagos somente pela Prefeitura, pois muitos repasses deixaram de vir.

A respeito das outras pautas da reunião – como a reposição do auxílio-alimentação, a concessão de aumento de 10% aos professores do 3º ano (por também ser considerado um alfabetizador) e o aumento da licença-maternidade para 180 dias –, o prefeito afirmou que as solicitações serão encaminhadas à Secretaria de Município de Finanças para que o impacto seja calculado.

Sobre as sucessivas recusas em receber o sindicato – que, pelo menos desde janeiro, tentou diversas vezes uma reunião para tratar do Piso –, Schirmer afirmou que adiou ao máximo o encontro para ter uma resposta conclusiva à categoria: “minha expectativa era esperar mais um pouco para ter algo concreto”. Quanto à condição exigida pelo governo de que somente três membros da coordenação sindical participassem, a justificativa foi de que “uma representação pequena facilita as discussões”.

Uma resposta mais conclusiva, disse o prefeito, deve vir somente a partir do final de agosto, quando o orçamento do segundo semestre estiver

calculado – e ele afirmou estar à disposição do sindicato para um próximo encontro. “Não estou dizendo que não vou pagar, só não quero criar uma expectativa por enquanto”, finalizou Schirmer.

A coordenação do Sinprosm, porém, vê com ceticismo as declarações do prefeito: “O fato de ele nos receber já representa um avanço. Precisamos, entretanto, de comprometimento e de ações políticas práticas nesse sentido. O argumento – agora ainda mais em voga – de que não há recursos não pode ser aceito passivamente. Podemos entender que o orçamento é limitado, mas a questão é de priorizar quais investimentos serão atendidos – e a educação sempre deve estar entre estes”, argumenta o sindicalista Paulo Merten, coordenador de Formação Sindical e Comunicação. Prossegue: “Podemos perceber – até mesmo pela demora em receber a categoria – que a educação e o pagamento do Piso não são prioridades da administração municipal. São essas escolhas que caracterizam uma gestão. Por isso, precisamos mudar o rumo do atual governo quanto à educação através da mobilização e com o apoio da comunidade. A Lei do Piso é uma conquista e precisa ser respeitada por todos os governos”.



## CALENDÁRIO 2016 REUNIÃO COM DIREÇÕES

17/08 EMEIs e Anos Iniciais  
18/08 EMEFs



às 18h30 na sede  
do Sinprosm



# O IPE-Saúde é o plano que queremos?

De acordo com a proposta de reestruturação do Instituto, servidores aposentados de Santa Maria não poderiam ser segurados caso a cidade o contratasse - e essa é apenas uma das mudanças que vêm por aí

Nos últimos meses, a questão do plano de saúde dos municipais tem sido uma das pautas mais importantes do sindicato. Tanto que, desde a posse da atual coordenação, o assunto foi abordado pelo Primeira Classe em quatro das cinco edições editadas até o momento. Aqui na sede, a preocupação com o tema é indiscutivelmente a maior causa de ligações telefônicas e visitas. E não é por menos.

Ainda em fevereiro deste ano surgiu a possibilidade de um convênio entre a Prefeitura Municipal e o IPE-Saúde. Após uma sucessão de reuniões com os mais diversos órgãos - desde a Unimed, que atualmente presta o serviço de seguro de saúde aos municipais e tem um preço considerado incompatível ao salário dos servidores, até um encontro com o prefeito Cezar Schirmer, que em janeiro disse que a situação “não vai ficar como está” - surgiu uma solução que parecia ideal. O IPE-Saúde, em geral, era sempre citado pelos professores como um plano eficiente no caso das internações hospitalares, apesar da dificuldade para o agendamento de consultas, por exemplo.

No final de maio, o presidente do IPE, José Alfredo Parode, veio a Santa Maria para apresentar o plano de saúde da instituição. Ele disse, durante uma audiência pública, que tinha ampla presença de professores e municipais, que a instituição teria interesse em segurar os servidores da prefeitura municipal e inclusive que o contrato não seria

deficitário para o IPE. Por mais que o trâmite fosse demorado - Parode alegou que, na melhor das hipóteses, o contrato estaria em vigência a partir de 2016 - a afirmação foi, de certa forma, um fato alentador para quem sofria - e sofre - com a falta de assistência à saúde. Havia, entretanto, uma condição: para que o IPE passasse a segurar municipais de cidades que ainda não haviam contratado o plano, a legislação do instituto precisaria mudar - e essa não seria a única mudança. Ela estaria inserida em um pacote de “reestruturação” do instituto que valeria tanto para os já segurados - como os servidores do estado e de centenas de municípios - quanto para as prefeituras com contratos recém firmados.

As mudanças, porém, foram se revelando pouco agradáveis. Pelo menos desde junho algumas entidades de classe estaduais já têm se manifestado contrárias ao Projeto de Lei Complementar que reestrutura o plano de saúde do IPE, redigido pela administração do instituto. A mais prejudicial para os professores municipais, conforme já noticiamos em outras mídias do sindicato, é a impossibilidade de os aposentados ingressarem no plano. Está no artigo 21 do PLC: “aos servidores inativos e aos pensionistas vinculados às entidades contratantes [no nosso caso, a Prefeitura Municipal] não será permitida a inscrição e manutenção como segurado no Plano Contratual”. Ou seja: apenas quem se aposentar após a contratação teria direito

a fazer parte do seguro. Para quem já se aposentou - e é esse o segmento da categoria que mais tem sofrido com a desassistência - não há possibilidade de ingresso.

Há também muitos outros pontos polêmicos no plano. Para analisar o PLC, o sindicato encomendou da Assessoria Jurídica - que é prestada pelo escritório Young, Dias, Lauxen & Lima - um parecer a respeito do texto (os pontos estão resumidos no quadro ao lado). Outro ponto levantado na análise foi a facultatividade do ingresso, ou seja, a escolha de aderir ou não ao plano. Antes era possível sair do IPE-Saúde somente após 12 meses depois da adesão; agora, de acordo com o Projeto, há a possibilidade de sair apenas 15 dias depois - o que abre portas para a desvalorização devido à saída daqueles servidores com maiores salários. O parecer é contundente: “assim, a adesão ao plano poderá ser facultativa e não mais obrigatória, possibilitando aos servidores desvincularem-se do plano, desvalorizando-o ainda mais, o que poderá abrir margem para futura privatização do IPE-Saúde. [...] Conforme já explanado, tornar a adesão um exercício de vontade, enfraquece a entidade, pois quanto menos pessoas participarem do plano, mais caro e desqualificado se torna.”

Outro ponto bastante preocupante no PLC refere-se à cobertura de internação hospitalar. O texto não exclui a possibilidade de coparticipação - isto é, quando o paciente paga uma parte do pro-

cedimento – inclusive nas internações hospitalares. A análise da Assessoria jurídica diz que “não se verifica previsão legal alguma sobre a cobertura de internação hospitalar, deixando margem para interpretações legais desfavoráveis aos segurados. Assim, ante ao princípio da legalidade, imperioso que haja previsão expressa de cobertura para internação hospitalar, uma vez que não havendo disposição expressa, abrir-se-á margem para que o associado não venha a ter restituído, pelo IPE-Saúde, valores gastos em razão de internação hospitalar”. O Projeto de Lei Complementar ainda precisa de aval do governador e passar pela Assembleia Legislativa do estado. Tal trâmite, de acordo com o presidente do IPE, José Alfredo Parode, na melhor das hipóteses seria finalizado até o começo de 2016 – ou seja: o plano, se vier a segurar os municipais santa-marienses, o faria apenas a partir do ano que vem.

## A crise na saúde pública se acentua

Na primeira semana de julho, três pessoas morreram em Santa Maria por falta de leitos na rede pública de saúde. Todos os casos se deram por uma espera demasiadamente longa por internações intensivas – pacientes que foram a unidades de pronto atendimento e dali não puderam ser encaminhados aos tratamentos intensivos porque não havia leitos disponíveis na cidade. No início de julho, o Hospital de Caridade Alcides Brum – ala segregada para pacientes do SUS pertencente ao Hospital de Caridade Astrogildo Azevedo – fechou os 60 leitos que tinha reservados à rede pública.

De acordo com informações da prefeitura, o estado deixou de repassar seis milhões de reais à saúde santa-mariense. A Casa de Saúde, que pertence ao governo municipal e é administrada pela Associação Franciscana de Assistência a Saúde (Sefas), já anunciou que cortará procedimentos custeados pelo estado se o repasse de verbas não voltar a ocorrer. Em maio, servidores da instituição paralisaram suas atividades em protestos aos cortes do governo estadual – que, segundo a administração, faz repasses insuficientes desde 2013. O Hospital Universitário de Santa Maria é hoje a alternativa mais procurada. Seus 272 leitos, porém, não são suficientes para os 31 municípios de referência.

Para Teresinha Weiller, Pró-Reitora de Extensão da UFSM e especialista em saúde pública, o problema em Santa Maria começa pela deficiência na atenção básica. Em relação às Estratégias da Saúde da Família, por exemplo, apenas cerca de 1/3 do território do município é coberto. “Hoje, de cada 100 pessoas que procuram a saúde pública, temos em média que vinte pacientes precisem de especialistas em média densidade tecnológica. Destes, apenas cerca de um ou dois precisem de um hospital. Quando não temos cobertura da atenção básica, as pessoas vão para onde? Não há unidade de referência. O usuário, então, vai para o hospital, que é onde a porta está aberta”.

Por quais outros motivos, então, a saúde pública em Santa Maria não é como gostaríamos? Para Teresinha, a média densidade tecnológica é o problema seguinte. “Se nós ficarmos doentes aqui na cidade e não tivermos plano de saúde ou dinheiro para pagar um hospital particular, vamos para a Casa de Saúde. A questão é que lá há cerca de cem leitos – e a população de Santa Maria chega perto dos 300 mil habitantes. O hospital municipal que atende o SUS é somente este. O HUSM, por sua vez, é um hospital de referência regional e até estadual em alguns casos. Há um problema nisso: por volta de 70% dos usuários são santa-marienses, porque estes não têm outra porta de entrada, como os municípios menores. Nós não temos em um município do tamanho do nosso as instituições necessárias para atender à demanda por saúde”.

A um quadro de deficiências no atendimento sanitário à população, a situação se acentua, no estado inteiro, com os cortes na área da saúde do governo Sartori. “Ele tomou uma decisão política de não pagar os contratos anteriores com hospitais. Isso só potencializou uma situação que já era grave. O primeiro impacto neste movimento é o rompimento nesta cadeia, o rompimento de contratos com instituições privadas – e o principal prejudicado é o usuário. Depois vem a crise de trabalho, com os servidores das unidades de saúde. Temos visto demissões por todos os lados. A mim, parece ser uma cortina de fumaça para uma política de levar ao limite o sistema público de saúde que pode levar à privatização”, argumenta. Teresinha finaliza: “É injustificável. E pelo menos 70% da população gaúcha depende de exclusivamente da saúde pública.”



**Quais são as mudanças que a presidência do IPE pretende implantar no plano de saúde?\***

**Aposentados santa-marienses não poderão participar:** se aprovado o anteprojeto, os servidores municipais de municípios contratantes – como é o caso de nossa cidade – que já estiverem aposentados antes da vigência não terão direito ao ingresso no Plano IPE-Saúde. Portanto, somente será permitida a permanência dos inativos no plano àqueles que ingressaram neste enquanto ativos, isto é, os que se aposentaram durante o contrato.

**Possível coparticipação (que ocorre quando o segurado paga uma parte do procedimento) até em internações hospitalares:** o projeto dispõe que o Sistema de Assistência à Saúde terá como princípios basilares a coparticipação financeira dos usuários e a prestação de serviços de assistência médica. Não se verifica qualquer previsão legal sobre a cobertura de internação hospitalar, deixando margem para interpretações legais desfavoráveis aos segurados. O correto seria que houvesse previsão expressa de cobertura para internação hospitalar. Não havendo essa disposição, abre-se margem para que o associado não venha a ter restituído, pelo IPE-Saúde, de valores gastos em razão de internação hospitalar, sob o argumento de que a Administração Pública, direta ou indireta, não poderá adotar condutas que não são resguardadas em lei.

**Será mais fácil sair do plano:** No projeto, o segurado pode requerer a sua desvinculação já nos 15 primeiros dias. Assim, a adesão ao plano poderá ser facultativa e não mais obrigatória, desvalorizando-o ainda mais.

**Dependentes pagam mais:** o anteprojeto visa mudança para a utilização dos serviços médicos por dependentes. Ele define como contribuição mensal a alíquota de 5% do valor fixado para o menor salário contribuição definido no Padrão I da tabela dos Vencimentos do Quadro Geral dos Servidores Públicos Civis do Estado.

*\*As informações são da Young, Dias, Lauxen & Lima Advogados Associados, que presta assessoria jurídica ao Sinprosm. O parecer completo sobre o anteprojeto está disponível em [www.sinprosm.com.br/plenaria-debate-pros-e-contras-de-uma-possivel-adesao-ao-ipe-saude/](http://www.sinprosm.com.br/plenaria-debate-pros-e-contras-de-uma-possivel-adesao-ao-ipe-saude/)*

# Redução da maioria penal avança no Congresso



Na madrugada da quinta-feira 2 de julho, a **Câmara de Deputados** aprovou em primeiro turno a **redução da maioria penal para 16 anos** nos casos de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte. Mas, afinal, a redução realmente pode **conter a violência** no país?

A aprovação da polêmica proposta só foi possível após uma manobra do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Segundo o regimento da Casa, uma emenda não pode ser votada mais de uma vez na mesma sessão legislativa - que pode ser entendido como um ano do trabalho da Câmara -, caso ela tenha sido rejeitada ou seja dada como prejudicada, como é o caso das que vão em direção contrária a outras já aprovadas. Para que uma emenda seja aprovada em primeiro turno e passe para o passo seguinte do longo caminho que deve percorrer até virar lei, é necessário que três quintos dos votos da Casa sejam favoráveis, ou seja, 308 dos 513 deputados da Câmara.

A PEC 171/93, que trata da redução da maioria penal, é de autoria do ex-deputado Benedito Rodrigues (PP-DF) e já havia sido rejeitada na quarta-feira, dia 1º de julho. 303 deputados haviam se manifestado favoráveis, 184 contrários e 3 se abstiveram na primeira votação, e, por não alcançar o número mínimo, a proposta havia sido dada como rejeitada e só poderia voltar à plenária no ano legislativo de 2016. Eduardo Cunha, no entanto, apresentou em menos de 24 horas uma emenda aglutinativa - a fusão de dois ou mais textos diferentes - que fazia pequenas alterações no texto já votado, e com isso conseguiu aprovar a emenda.

A legitimidade da manobra está sendo questionada por 104 deputados de 14 partidos diferentes, que entraram com um mandato de segurança no Supremo Tribunal Federal, pedindo para que a votação do dia 02 seja anulada. Enquanto o STF não decide sobre o tema, o texto segue para votação em segundo turno na Câmara, que deve ocorrer na volta do recesso parlamentar, na primeira semana de agosto. Se aprovada nessa votação, a PEC passará para o Senado, onde deverá ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, por uma comissão especial sobre o tema e, enfim, ir para a votação - também em dois turnos - entre os senadores.

A redução da maioria penal é uma pauta que ganhou o centro dos debates sobre direitos

fundamentais nos últimos meses. Segundo pesquisa do Datafolha realizada no início do debate na Câmara, 87% da população é a favor de que jovens respondam como adultos perante o Código Penal. Tal adesão a essa ideia pode se dar pela ampla cobertura que a mídia costuma dar a crimes cometidos por jovens, embora, segundo dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça, em 2014 os menores de 16 a 18 anos foram responsáveis por 0,9% do total dos crimes praticados no Brasil, sendo que a maioria destes são crimes contra o patrimônio, como furto e roubo. Se considerados apenas homicídios e tentativas de homicídio, o percentual cai para 0,5%.

No entanto, existe a ideia equivocada de que os crimes seriam motivados pela sensação de impunidade, e que o endurecimento do sistema penal refletiria numa diminuição da criminalidade. Essa tese, no entanto, cai por terra se analisarmos dados de pesquisas feitas pelo Ministério da Justiça, que revelou que entre os anos de 1995 e 2005, o índice de criminalidade subiu 142,91%, mesmo que durante esse período tenha sido aprovada a Lei dos Crimes Hediondos, que também teve forte pressão popular. Entre 2005 e 2009, mesmo com o recrudescimento das leis contra o tráfico de drogas, tampouco a criminalidade diminuiu, o que refletiu num aumento de 361 mil para 473 mil presidiários no país. Os últimos dados divulgados pelo Sistema Integrado de Informações Presidárias, referentes a junho de 2014, colocava esse número em 607.731 pessoas, o que deixa o Brasil no 4º lugar no ranking dos países que mais prendem no mundo. Segundo o mesmo relatório, o déficit do sistema carcerário no país é de 231 mil vagas, o que revela o grave caso de superlotação

**Entre os anos de 1995 e 2005, o índice de criminalidade subiu 142,91%, mesmo que durante esse período tenha sido aprovada a Lei dos Crimes Hediondos.**

dos presídios. Imputar adolescentes da mesma forma que adultos pioraria ainda mais esse quadro.

Ainda a respeito do argumento de que adolescentes sentem-se mais livres a cometer crimes devido à "impunidade", ignora-se o fato de que adolescentes são, sim, responsabilizados por crimes e infrações que venham a cometer. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê de medidas socioeducativas à privação de liberdade de até três anos para os casos mais graves. Embora as unidades de internação estejam bem longe das condições ideais, elas provêm uma série de ações que visam reintegrar os jovens à sociedade, como aulas e cursos profissionalizantes. Devido a isso, apenas 20% dos jovens que passam pelas unidades acabam reincidindo, enquanto que nos presídios de adultos esse índice passa para 70%.

Além de o fato de que a redução da maioria penal não diminuiria a violência, é importante pensar também nas consequências econômicas da alteração da lei. Uma pesquisa divulgada pela Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) mostrou que o custo médio de um presidiário para os cofres públicos no Brasil varia entre 2 mil e 3 mil reais mensais. Um estudo feito por uma comissão especial do Senado Federal, por sua vez, estipulou que o custo para garantir uma escola pública de qualidade em tempo integral é de aproximadamente 9 mil reais por ano. É uma escolha de Estado escolher em qual sistema vale a pena investir, se no penal ou no educacional.

"Como educadora que trabalhou 10 anos numa das regiões mais violentas da cidade, a Nova Santa Marta, que perdeu vários alunos para o tráfico e para a violência, vejo que o que os jovens precisam não é de mais cadeia. O que eles precisam é de uma escola pública em tempo integral, com estrutura e professores valorizados, que ofereçam uma alternativa de vida para eles", diz a professora Mariane Denardin, coordenadora do Sinprosm. "Enquanto culpabilizamos os jovens pela violência, esquecemos que é obrigação do poder público apresentar políticas que proporcionem um futuro à nossa juventude."



Bruna Homrich/Seculism



Franciele Marques/Câmara de Vereadores

Enquanto entidades (E) se uniram para adicionar o debate ligado às questões de gênero e minorias ao texto do Plano Municipal de Educação, líderes religiosos (D) foram à Câmara de Vereadores para solicitar que tais assuntos não sejam abordados em sala de aula.

## Entidades pautam o debate sobre gênero e sexualidade no Plano Municipal de Educação

Mesmo após a realização da Conferência Municipal de Educação, realizada em maio, o Plano Municipal continua sendo o centro de importantes debates entre grupos da sociedade civil organizada. Dessa vez, as discussões estão girando em torno de emendas que garantam a abordagem de questões referentes a gênero e sexualidade nas salas de aulas.

Como destacado na edição de junho do Primeiro Classe, Santa Maria não cumpriu o prazo para aprovação dos Planos Municipais de Educação estipulado pelo Ministério da Educação, que era 24 de junho. Quando a Câmara de Vereadores entrou em recesso, no dia 15 de julho, o PME encontrava-se em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Segundo o diretor legislativo da Câmara, Adriano Camassetto, a previsão é de que, após o retorno das atividades, o relator da comissão emita um parecer em até 15 dias. Após a CCJ, o Plano deve passar ainda pelo mesmo processo dentro da Comissão de Educação, onde pode ficar por mais duas semanas, para só então entrar na pauta para ser votado em plenária. Existe também a possibilidade de que as comissões chamem reuniões públicas para debater o Plano com a comunidade.

### Líderes religiosos tentam vetar gênero e sexualidade no PME

Enquanto o Plano tramita nas comissões, os vereadores recebem a visita de líderes religiosos que, embora não tenham participado durante a construção do Plano, procuram interceder para a retirada de todos os temas que abordem a diversidade de gênero e sexual. O primeiro foi o bispo Dom Hélio Adelar Rubert, no dia 18 de junho, que entregou aos legisladores uma carta escrita pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pedindo que todos os Planos de Educação estaduais e municipais não abarquem o que eles denominaram de “ideologia de gênero”. A carta argumenta que o debate, se inserido nos Planos,

traria “consequências desastrosas para a vida das crianças e das famílias”, e que caberia às famílias introduzir o assunto com os filhos. Após a visita, os vereadores realizaram uma oração com o bispo.

No dia 28 de junho, foi a vez dos pastores Ivanir Oliveira dos Santos e Dionéia Blanco, representantes da Igreja Internacional da Graça de Deus, reunirem-se com os vereadores. O pedido dos religiosos foi a supressão das expressões “identidade de gênero”, “orientação sexual”, “diversidade sexual”, “ideologia”, “diversidade”, “identidade” e quaisquer outras palavras no PME que possam orientar as escolas a realizar o debate sobre as diversidades. Os pastores também agendaram o espaço da tribuna livre para o dia 18 de agosto, para reforçarem seu posicionamento.

O curioso a respeito desta questão é que mesmo o texto base do Plano, elaborado pela Secretaria de Município de Educação - SMEd, baseado no Plano Nacional de Educação - PNE, jamais trouxe qualquer menção às questões relacionadas a gênero e sexualidade e, mesmo durante a Conferência Municipal de Educação, o tema não foi incluído.

“Através da Conferência Municipal de Educação, conseguimos vários avanços nas políticas públicas do município, principalmente em relação à categoria dos professores, como por exemplo 20% da carga horária destinada à hora-atividade. Porém, o processo foi extremamente apressado e restrito, visto que houve poucas semanas para discussões nas bases e a Conferência ocorreu em apenas um dia, com uma manhã para debates de eixos e à tarde e noite para votação em plenária geral. Com isso, muitos temas não conseguiram ser contemplados, como foi a questão do gênero e da sexualidade”, afirma o professor Paulo Merten, coordenador do Sinprosm. “Por isso, é importante que pautemos o assunto enquanto ainda há tempo, inserindo-o no PME para garantir que pelos próximos dez anos algo será feito no âmbito da educação municipal para assegurar os direitos das minorias”.

### Sinprosm une-se a entidades que propõem novas emendas ao PME

Por entender que o debate no ambiente escolar sobre as opressões sofridas por mulheres, LGBTs (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Travestis), negros e outras minorias sociais é essencial para combater os preconceitos, o Sinprosm somou-se a outras entidades para propor novas emendas ao Plano, a serem apresentadas aos vereadores antes da votação em Plenária. Além do Sindicato, participam das reuniões da organização representantes do Fórum Municipal de Mulheres, da Comissão de Direitos Humanos da OAB, do CPERs, do Sinpro-RS, do DCE UFSM, do Coletivo Voe, do NEMGeP, do Coletivo Marias Bonitas, do GT Negros, entre outros.

As estratégias propostas na emenda aditiva pedem que o Plano Municipal de Educação contemple: a promoção de programas que considerem e valorizem a diversidade social, com ações de combate à violência contra as mulheres, ao racismo, ao sexismo, à LGBTfobia e outras opressões; criação de programas de capacitação para os educadores sobre o tema, de forma a instrumentalizá-los para o debate, tanto em sala de aula quanto em situações do dia a dia escolar; garantia do respeito às pessoas transexuais e travestis - comunidade que apresenta assombrosos índices de evasão escolar - através da adoção do nome social e do uso dos banheiros conforme identidade de gênero; revisão de materiais pedagógicos e incentivo ao uso de linguagem não-sexista; e envolvimento de toda a comunidade escolar (trabalhadores e trabalhadoras da educação, estudantes e seus responsáveis) no combate às opressões.

A proposta de emenda será entregue aos vereadores logo após o retorno do recesso, na primeira semana de agosto, e panfletagens e inserções nas mídias deverão ocorrer ao longo das próximas semanas, como forma de chamar a atenção sobre a luta contra todos os tipos de preconceito. Ainda não há previsão de data para a votação do PME.

# A HORA É AGORA



## ASSEMBLEIA SINDICAL

### 20/8 ÀS 16H

CATEDRAL DIOCESANA

**estado de alerta:** Piso e Saúde não podem esperar!

+ votação do regimento da secretaria dos aposentados